

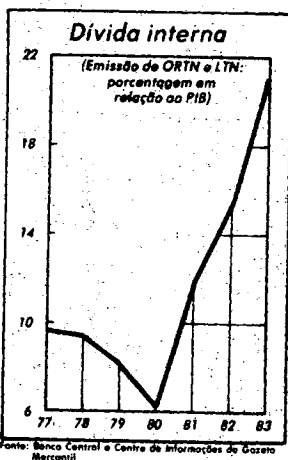
Alternativas no programa com o Fundo

por Celso Pinto
de Brasília

O ponto central que falta definir entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional (FMI) para fechar o acordo para o próximo ano é o tamanho do esforço de ajuste para o setor público.

As hipóteses em exame variam de um superávit operacional de 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB) até 3,5%, disse o presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, a este jornal. Em qualquer caso, trata-se de um substancial avanço em relação ao superávit de 0,5% do PIB previsto para este ano.

As alternativas para o programa brasileiro de 1985 estão, no momento, sendo examinadas pelo diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, em Washington. Mesmo que se chegue a alguma conclusão nos próximos dias, não será aberta a negociação do novo "pacote" com os bancos internacionais antes que a carta de intenção esteja definitivamente concluída. E isto só será



possível a partir do retorno da missão do FMI ao Brasil, na próxima terça-feira.

Com isso, já está definido que a apresentação da proposta brasileira ao comitê assessor dos bancos, em Nova York, não acontecerá nem no dia 10 nem no dia 14, como havia sido originalmente imaginado. Se for possível concluir a nova carta de intenção com o FMI rapidamente, ao longo da próxima semana, Pastore irá encontrar-se com os bancos no próximo dia 17. Mesmo esta data, contudo, é provisória.

Pastore explica a demora no acerto da nova carta de intenção com o FMI pelo fato de envolver metas gerais para todo o próximo ano, o que exige discussões mais cuidadosas. Ele continua otimista: acha que será possível concluir esta negociação com o Fundo a tempo de apresentar a proposta de uma renegociação plurianual aos bancos internacionais ainda neste ano.

Não há, segundo Pastore, nenhuma resistência dos bancos em abrir a conversa sobre a "fase 3" da negociação externa brasileira antes da eleição do próximo presidente, em 15 de janeiro. Ao contrário, ele assegura que continua recebendo dos principais

terá metas específicas para os dois primeiros trimestres.

O indicador mais sensível de todo o programa acaba sendo o comportamento do setor público, porque de sua definição decorrem, basicamente, as projeções para a inflação e para a política monetária e pelo fato de não haver problemas dramáticos no setor externo. O FMI mede este comportamento pelas necessidades de financiamento de todo o setor público, incluindo estados e municípios.

Em valores nominais correntes, ainda há um déficit muito expressivo do setor público, superior a 18% do PIB, e que muitos insistem em identificar como o motor da pressão inflacionária. O Fundo, contudo, a exemplo do que já ocorreu na carta geral de intenção para 1984, deverá privilegiar, como indicador do setor público, as necessidades de financiamento em termos reais, isto é, descontado o efeito da aplicação das correções monetária e cambial.

(Continua na página 15)

bancos sinais positivos para a apresentação imediata da proposta brasileira, tão logo esteja concluído o programa econômico para 1985 com o Fundo.

O Brasil definirá com o FMI os principais indicadores para o ano que vem, o que inclui o comportamento do setor público, dos indicadores monetários e do balanço de pagamentos. O governo brasileiro queria detalhar estas metas gerais com o FMI apenas até o final do primeiro trimestre, quando termina a atual administração, mas Pastore confirmou o que o chefe da missão do Fundo, Thomas Reichmann, já havia mencionado à imprensa: a nova carta de intenção con-